sa ocupada por mais de 400 famílias de posseiros na área, têm elas sido ameaçadas, pressionadas a todo custo para deixarem a área, sem qualquer indenização pelas posses e pelas benfeitorias por eles construídas. Podemos citar outro caso lamentável, no Município de Paragominas: a fazenda conhecida "dos americanos". Aquele é um atrito que vem desde 1972.

Houve tentativas, por parte do INCRA, de conciliar o problema não o conseguindo. Outras medidas mais enérgicas não foram tomadas. O fato é que aconteceu aquela chacina que todos conhecem, quando morreram trabalhadores e, ao mesmo tempo, o dono da propriedade".

3) Relatários

"CONTAG tem conhecimento e também é solicitada a interferir nesses casos de conflitos entre empresário, posseiro e grileiro, sobretudo numa região como a Amazônia, onde são frequentes. Têm sido muitos os relatórios e documentos que chegam à CONTAG, através dos sindicatos e federações da região, levando os clamores dos trabalhadores. Esses documentos, além de analisarem a dificuldade e gravidade do problema, solicitam providências, endossadas pela CONTAG, que, constantemente, tem batido às portas das autoridades competentes, no caso, o INCRA, o Ministério da Agricultura e até mesmo ao Ministério da Justiça, dependendo do caso, buscando a solução para aquela determinada situação. E isso tem sido feito exatamente na busca de cumprimento do nosso dever, além de se incentivar as federações na defesa junto à Justiça, quando esta existe, se valendo da instrumentação legal existente, no caso, o Estatuto da Terra".

Perguntado qual tem sido, de um modo geral, o comportamento das polícias estaduais com relação aos posseiros, grileiros e empresários nas áreas onde ocorrem esses conflitos, o depoente disse que "não podemos realmente generalizar com relação à atuação da polícia na Região Norte. Mas se buscarmos uma rápida pesquisa em nossos arquivos, não têm sido poucos os relatórios que temos recebido dos sindicatos e das federações, denunciando prisões arbitrárias, por policiais, a mando de fazendeiros, à revelia da legislação e da própria justiça. É difícil enumerar aqui a quantidade de casos, mas, com uma busca rápida em nossos arquivos, se for o caso, poderíamos dizer mais ou menos a intensidade deste problema. Mas o fato é que a política, não generalizando, como disse, várias vezes se tem colocado como instrumento de grilagem e em prejuízo para os trabalhadores rurais posseiros, como também para a própria Nação, para o próprio País".

No seu entendimento, "a polícia protege mais o grileiro contra o posseiro em várias situações".

4) Descredito

O depoente assinalou que, na medida em que se cria um PROTERRA; se abre uma Transamazônica; se parte para estimular a média e a grande empresas na Região Norte, é claro que dois problemas surgem: primeiro, é o desvio da atenção desses organismos para a ocupação dessas áreas, para a colonização: A opinião pública também começa a desacreditar da primeira providência, ou seja, da reforma agrária. Os poucos recursos técnicos e financeiros que o INCRA passa a ter, ele vai alocá-los naquela região, conforme as prioridades da política agrária brasileira, além de o pessoal, por falta de providências nas áreas litorâneas, do Nordeste, Centro Oeste, no Centro do País, por falta de oportunidade de fixação desse pessoal à terra, força-os a migrar para outras regiões, buscando a sobrevivência. É esse mesmo órgão que concentra sua ação nessa Região Norte — também pouco aparelhado para receber esse pessoal migrante; então se avolumam os atritos, os problemas, os conflitos nessa região. Há ainda o aspecto do custo. É muito mais fácil, mais produtivo, desapropriar um latifúndio que não está produzindo, está sendo nocivo à própria economia brasileira, perto do centro consumidor onde existe infra-estrutura, escola, e assentar famílias de trabalhadores que vão tornar aquele latifúndio produtivo, é muito mais econômico, muito mais viável do que intensificar

uma colonização em determinada área ainda carente de infra-estrutura. Fica bastante oneroso, e os produtos advindos da aquela área vão ter dificuldade de competir com os custos dos produtos de áreas mais próximas do centro consumidor.

- DENÚNCIAS DO EX-MINISTRO CIRNE LIMA

"Há uma superposição de órgãos, por vezes conflitantes, no trato da ocupação de áreas novas. A SUDAM e a SUDENE não demonstram qualquer desafeição pelo latifúndio". Parece que existe distanciamento entre esse planejamento hoje centralizado, das economias, especialmente num país de dimensões continentais como o Brasil, e a preocupação de não deixar que massas de recursos se estendam muito longe, chegando até os capilares. Há uma tendência concentradora, de mais fácil administração, que gera poupanças que são mais facilmente induzidas para determinados setores. É neste ponto que chamo a atenção para a necessidade de se considerar a política agrícola de forma isolada, mas inserida no modelo econômico, e este, evidentemente, dentro do processo institucional do País, como um todo. Temos de discutir o problema todo. Não adianta pretendermos, portanto, discutir tão-somente o problema de política agrícola, se não discutirmos o problema do modelo econômico como um todo, fazendo o crescimento acelerado na base de mobilização de recursos externos e de transferência de outros setores. Qual é o outro setor que tem sido grande vítima da transferência? O setor agrícola. Daí a nossa preocupação no sentido de que o modelo se esgotou. No nível de dívida em que estamos, pretendemos seguir nos endividando, creio que não dá. Daí por que entendo se deva partir para inúmeras modificações, e modificações profundas.

Aliás, permita-me dizer, apesar de divergir em determinadas circunstâncias, de soluções puramente monetaristas, às quais no momento eu me opus, talvez pudessem ser consideradas como adequadas naquele momento e apresentassem performances justificáveis posteriormente. Mas, se vamos fazer uma análise mais ampla da situação e do problema, temos que reconhecer que as fórmulas se esgotaram. A Nação está cansada, a sociedade brasileira está fatigada, e nós temos de achar soluções. Temos de conciliar interesses, temos de tratar de colocar política agrícola dentro de um modelo econômico e dentro de um processo de institucionalização que sejam, afinal de contas, o marco de uma nova etapa. Não que tudo aquilo não tenha obtido resultados, absolutamente. Deixei isso bem claro, mas se trata de um momento de mudanças, e mudanças mais profundas".

Não se pode subordinar uma nação de 110 milhões de habitantes a índices que vêm sendo calculados por um grupo de pessoas, por melhor que seja este grupo. Talvez esse grupo se constitua dos melhores técnicos que temos no País ou mesmo no mundo. Entretanto, esses técnicos se reúnem e produzem índices, e esses índices passam a ser infalíveis, tendo toda a sociedade brasileira de 110 milhões de habitantes de obedecer a isso, aí também eu acho que está na hora de começar a ver se dá para mudar. Acho que é algo que tem que se conciliar com o interesse nacional, com a realidade.

- DENÚNCIAS DE DOM HOACYR GRECHI - Bispo do Acre e Purus

"A Companhia Colonizadora Agropecuária São Paulo Amazonas S/A - COLOAMA - ocupou, nos Municípios de Sena Madureira e Manuel Urbano, uma área de 1,4 milhão de hectares, área essa situada dentro dos 150 quilômetros de fronteira e dentro dos 100 quilômetros de estrada federal.

Inicialmente o projeto desta empresa se destinava à região de Boca do Acre. Estava pleiteando uma área de 500 mil hectares junto ao Governo do Amazonas, mas devido ao Decreto-lei nº 1.164/71, que limitou a área das propriedades, resolveu transferir-se para o Acre. Para poder estabelecer seu domínio sobre uma área de aproximadamente 10%

do Estado do Acre, a COLOAMA registrou-se como empresa de colonização, em 1972. Por estar alienando terras irregularmente, teve seu registro de colonizadora cancelado em 1975. Mesmo assim, continuou suas propagandas como colonizadora. Do que sabemos, os diretores da empresa venderam mais de 110 frações de 1210 hectares ao preço, em 1973, de Cr\$ 60.000,00 cada um. O INCRA já anunciou que aplicará o processo discriminativo judicial sumário para resolver esta questão que se arrasta há quase cinco anos. Durante este tempo a empresa veio executando projetos pela SUDAM, Banco da Amazônia, PROTERRA, PROBOR, realizando derrubadas, formando pastagens e plantios de cereais. Tudo isto em ritmo acelerado, até mesmo transportando mudas de seringueiras por via aérea, realizando o máximo possível de benfeitorias para ocupar a terra de fato e assegurar uma polpuda indenização.

Na divisa do Acre com o Amazonas encontramos a 'propriedade' do paranaense Rômulo Bonalumi, a Fazenda Parana, margeando a BR-317, 'suas' terras estendem-se do km 104 ao km 140. Cometeram-se aí as maiores barbaridades: foram contratados pistoleiros que intimidaram cerca de 70 famílias de posseiros, submetendo-as a uma série de humilhações. Os jagunços, com revólveres na cintura, impediam os posseiros de fazerem roçados, de reformarem suas casas e até mesmo de fazerem reuniões de caráter religioso. Depois de tantas ameaças e humilhações, nem todos conseguiram suportar a situação; abandonavam suas posses e, para viver, tinham que se submeter em desmatamentos para aqueles mesmos que os expulsaram das terras.

As pressões sobre os posseiros começaram em 1973, quando Rômulo Bonalumi apareceu dizendo que tinha comprado as terras. Disse aos posseiros que desocupassem as terras, que ele precisava delas para desenvolver seus projetos. Como os posseiros não cederam vieram as ameaças, destruição de plantações e a abertura de piques dividindo as terras e invadindo as posses. Como ainda oferecessem resistência, os posseiros receberam propostas de indenizações irrisórias de Cr\$ 3.000,00. Alguns cederam e venderam. Em julho de 76 alguns posseiros vieram a Rio Branco denunciar às autoridades que estavam sendo impedidos de fazer roçados e benfeitorias. Nenhuma medida prática foi tomada em seu favor. Depois da denúncia o advogado da fazenda iria a Boca do Acre e convenceria alguns policiais para prenderem os posseiros que, segundo ele, eram os cabeças da resistência. Os trabalhadores foram transportados para Rio Branco e daqui levados para Boca do Acre, de avião. Liberados depois, mas sempre sob pressão, a tensão foi aumentando até que, em outubro de 76 alguns reagiram com armas. Dada a dificuldade de acesso, não sabemos como evolui a situação no local, mas estas ocorrências nos mostram claramente quais podem ser as conseqüências de tantos desrespeitos. Em 9 de maio, três posseiros da região sob influência da referida fazenda foram levados por policiais. Estes policiais, no mínimo três, vieram de Boca do Acre até Rio Branco, de avião e foram até o local de carro. Tiraram os posseiros de seus trabalhos e de Rio Branco levaram-nos para Boca do Acre, de avião.

Dom Moacyr lembrou "a atuação dos Irmãos Metherança e "Pseudo Colonizadora Itaporanga", a partir de 1968, nas proximidades de Pimenta Bueno. Demarcavam lotes de 2.000 hectares e vendiam-nos a fazendeiros de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Quando houve a intervenção federal a situação era irreversível pois já tinha sido vendida quase totalmente uma área de 2 milhões de hectares de terras da Nação, incluindo áreas indígenas, instaurando-se um "clima de insegurança, gerando atritos de antigos residentes da área com pseudo novos proprietários e desses com os índios, resultando em várias mortes de índios e brancos, inclusive a do jornalista Poidônio Bastos".

Outro caso é o dos Irmãos Arantes que, através do controle acionário de Guaporé Agroindustrial S.A. (GAINSA), começaram a atuar em Rondônia no ano de 73. Fizeram loteamentos fora das glebas da GAINSA, vendendo lotes no centro sul e expulsando antigos posseiros, estendendo ainda sua influência em mais de 300.000 hectares em outro seringa, na sua grande parte não titulado.

Com estes, outros grupos agiram na região com os mesmos interesses, utilizando os mesmos métodos e também em grandes proporções. A prática da grilagem, em Rondônia, parece ter realmente ultrapassado os limites do imaginável, tal a forma em que foi generalizada. Foi constatando isto que uma equipe do INCRA, em Relatório-Documento sobre Rondônia, em 1975, se expressava da seguinte forma: 'A grilagem, não sabemos se é nova filosofia, religião ou epidemia; qualquer que seja, trata-se de um mal carente de erradicação. Seus efeitos, nocivos em todos os sentidos, principalmente porque fere os princípios que norteiam a política da reforma agrária do País, geram complexos e desgastantes problemas agrários. Mitigando nos meios rurais e urbanos, acentuadamente no primeiro, destacando-se os grandes capitalistas, mais que por dar bons resultados, encontra facilmente adeptos nas classes sociais mais baixas'.

Além disso outro fato que tem agravado a situação agrária do Território de Rondônia é o grande afluxo de trabalhadores rurais vindos de outras regiões do País — por um lado, pressionados pela falta de terra e mecanização da lavoura em seu lugar de origem e, por outro, atraídos pela propaganda oficial ou particular — que chegam à procura de uma terra livre para se localizar. Esta imigração contribuiu enormemente para que a população desse Território passasse de 80 mil habitantes, em 1968, para 450 mil em 1976.

Em Rondônia, através da implantação de cinco Projetos Integrados de Colonização e dois de Assentamentos Dirigidos, o INCRA tem conseguido evitar que a tensão social em torno da terra chegasse a uma situação incontornável, embora os problemas persistam, principalmente se tiver continuidade o elevado fluxo migratório atual. São muitas ainda as famílias de colonos sem terra. Nas margens da Rodovia Porto Velho-Rio Branco, "mais de 20 mil famílias perambulam em busca de terra, e quando a encontrarem, sempre uma terra contestada, não terão assistência nem paz".

Creemos não estar fora de cogitação a orientação dessa massa de famílias sem terra em direção do Estado do Acre, como muitas já o fizeram. Os que vêm encontrarão muita terra, mas não terão uma orientação segura sobre as áreas onde poderão se estabelecer. Mesmo com esta abundância de terra, famílias rurais são despejadas das terras, ou remanejadas pelo latifúndio insatiável, criador de seus próprios assalariados".

14 - APECIAÇÃO DA COLONIZAÇÃO PRIVADA

Em conferências pronunciadas na Comissão de Agricultura do Senado Federal e na Escola Superior de Guerra, o Dr. Hélio Palma de Arruda, Diretor do INCRA, apresentou-nos diversas considerações e definições relativas à Colonização Oficial e Particular ou Privada.

Interessa-nos, no presente anexo, transcrever algumas dessas conceituações, constantes dos documentos supracitados, para melhor posicionamento do problema, a saber:

"A Colonização é um processo de ocupação, de forma metódica e racional, dos vazios, pouco populosos ou incultos. No Brasil, ela pode ser oficial ou particular. A colonização oficial é praticada, especialmente, pelo INCRA, por força do que dispõe o Estatuto da Terra em seus artigos 55 e seguintes, e o Decreto-lei nº 1.110, de 1970, que criou o Instituto."

"O Estatuto da Terra, no que concerne à colonização, foi regulamentado pelo Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, que abrange as duas grandes formas: oficial e particular."

"Mas a colonização oficial pode ser exercida por outros órgãos públicos federais e estaduais e, mesmo, municipais. Sucede que em face do sistema de financiamento e incentivos à colonização particular, muitos Estados têm preferido criar empresas de economia mista, ou mesmo empresas públicas, para realizar a colonização em suas terras, como já vimos acima."